



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO
Ata da 155ª reunião, realizada em 10 de junho de 2022

1 Em 10 de junho de 2022, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro (URC TM)
2 do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram o presidente Ilídio Lopes
4 Mundim Filho, representante do Sisema, e os seguintes membros titulares e suplentes. Representantes do
5 poder público: Edson da Silva Santos, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa);
6 Charles Rodrigues Campos, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Meire Aparecida
7 Godoy Gomide, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Carla Vieira Alvarenga, da Secretaria de Estado de
8 Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Renato Jácomo Manzan, da Empresa de Pesquisa e Agropecuária de Minas
9 Gerais (Epamig); Rugislaine Dias Alves Zoppa, do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA); Cristiano Corrêa
10 Lemos, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); Daniel Fernandes Loureiro, do Conselho Regional
11 de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG); Carlos Alberto Valera, do Ministério Público do Estado
12 de Minas Gerais (MPMG); Maria Clara Machado Alessi Ferreira, da Prefeitura de Uberlândia. Representantes da
13 sociedade civil: Maria Eduarda Rodrigues da Cunha e Gonçalves, da Federação das Indústrias do Estado de
14 Minas Gerais (Fiemg); João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes, da Federação da Agricultura e Pecuária do
15 Estado de Minas Gerais (Faemg); Bertholdino Apolonio Teixeira Júnior, da Associação das Indústrias
16 Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig); Anderson Aprígio Cunha Souza, da Associação Brasileira de Geração
17 de Energia Limpa (Abragel); Gisely Regina de Oliveira, da Ambiente e Educação Interativa (Amedi); Marizélia
18 Gomes Costa, do Instituto Agronelli; Mauro das Graças Mendonça, do Instituto Federal de Educação, Ciência e
19 Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM); Felipe Pimenta de Almeida, da Ordem dos Advogados do Brasil
20 (OAB/MG). Quórum regimental. Após constatado o quórum regimental, o presidente Ilídio Lopes Mundim Filho
21 declarou aberta a reunião e fez leitura do Memorando SEMAD/Secex/SE/COPAM nº 101/2022, por meio do qual
22 é designado para presidir a sessão. Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Boa tarde a todos. Já são 14h06. Eu
23 acredito que já temos quórum suficiente. Então, creio que podemos, se todos estiverem de acordo, começar a
24 nossa reunião. Novamente, boa tarde a todos. Meu nome é Ilídio, sou servidor de carreira da SEMAD,
25 atualmente lotado na Supram Alto Paranaíba. E nos termos do Memorando SEMAD/Secex/SE/COPAM nº
26 101/2022, que ora passo a ler, eu fui designado para presidir a presente reunião. ‘Belo Horizonte, 9 de junho de
27 2022. Para: conselheiros da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro (URC TM) do Conselho Estadual de
28 Política Ambiental (COPAM). Assunto: Presidência da 155ª reunião ordinária da Unidade Regional Colegiada
29 Triângulo Mineiro (URC TM) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), a ser realizada no dia 10 de
30 junho de 2022. Referência: caso responda este documento, indicar expressamente o processo nº
31 1370010014149/2020-42. Senhores conselheiros, diante da impossibilidade de comparecimento do titular e da
32 primeira suplente representantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos (Sisema) junto
33 à Unidade Regional Colegiada do COPAM Triângulo Mineiro (URC TM), conforme composição estabelecida pela
34 Deliberação COPAM nº 1.562, de 6 de abril de 2020, indico o Sr. Ilídio Lopes Mundim Filho para presidir a 155ª
35 reunião ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro, a ser realizada no dia 10 de junho de 2022,
36 às 14h, inteiramente digital. Atenciosamente, Valéria Cristina Rezende, secretária Executiva do Conselho
37 Estadual de Política Ambiental e presidente da URC Triângulo’. Então, são exatamente 14h10min. Daremos
38 início à nossa reunião convidando a todos para escutar o Hino Nacional Brasileiro.” Assuntos em pauta. 1)
39 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA PELA**
40 **SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL E PRESIDENTE DA URC TM,**
41 **VALÉRIA CRISTINA REZENDE.** Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Continuando nossa reunião, cumprimento
42 todos os conselheiros, meus colegas servidores da Supram Triângulo Mineiro e também da sede, que
43 gentilmente nos dão auxílio na realização desta nossa reunião. Passamos, então, ao item 3 de nossa pauta,
44 ‘Comunicados dos Conselheiros e Assuntos Gerais’. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**

45 Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Aproveitando esta oportunidade, gostaria de lembrar aos conselheiros
 46 que, caso desejem se manifestar, basta ir no ícone ‘reactions’, que está no Zoom, apertar ele e apertar o
 47 comando ‘raise hand’, sendo que, para abaixar a mão, basta clicar ‘lower hand’. Qualquer dúvida, estamos aqui
 48 para auxiliá-los. Algum conselheiro tem algum comunicado a fazer, por favor? Creio que não. Então passaremos
 49 adiante, ao item 4 de nossa pauta.” **4) EXAME DA ATA DA 154ª RO DE 8/4/2022.** Presidente Ilídio Lopes
 50 Mundim Filho: “Exame da Ata da 154ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de abril de 2022. Algum conselheiro
 51 tem algum comunicado em relação a essa ata? Acredito que não. Passaremos, então, à votação. Com o auxílio
 52 aqui da colega de Belo Horizonte, vamos lá. Seapa, como vota?” Conselheiro Edson da Silva Santos (Seapa):
 53 “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Sede, como vota?” Conselheiro Charles Rodrigues Campos
 54 (Sede): “Charles, Sede, favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “SEE, como vota?” Conselheira Meire
 55 Aparecida Godoy Gomide (SEE): “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Seinfra, como vota?”
 56 Conselheira Carla Vieira Alvarenga (Seinfra): “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Epamig, como
 57 vota?” Conselheiro Renato Jácomo Manzan (Epamig): “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “IMA,
 58 como vota?” Conselheira Rugislaine Dias Alves Zoppa (IMA): “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho:
 59 “PMMG, como vota?” Conselheiro Cristiano Corrêa Lemos (PMMG): “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes
 60 Mundim Filho: “Crea/MG, como vota? Crea/MG... Vamos para frente, depois nós voltamos. MPMG, Dr. Carlos,
 61 como vota?” Conselheiro Carlos Alberto Valera (MPMG): “Boa tarde a todos. Carlos Valera. Favorável.”
 62 Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Prefeitura de Uberlândia, como vota? Ausente. Fiemg, como vota?”
 63 Conselheira Maria Eduarda Rodrigues da Cunha e Gonçalves (Fiemg): “Eduarda, Fiemg, favorável.” Presidente
 64 Ilídio Lopes Mundim Filho: “Faemg, como vota?” Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes
 65 (Faemg): “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Siamig, como vota? Bertholdino?” Conselheiro
 66 Bertholdino Apolonio Teixeira Júnior (Siamig): “Siamig, favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho:
 67 “Abragel, como vota?” Conselheiro Anderson Aprígio Cunha Souza (Abragel): “Anderson, Abragel, favorável.”
 68 Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Amedi, como vota? Amedi parece estar ausente. Passaremos para:
 69 Associação Santa Vitória, como vota? Também parece que está ausente. Passaremos para: Instituto Agronelli,
 70 como vota?” Conselheira Marizélia Gomes Costa (Instituto Agronelli): “Marizélia, Instituto Agronelli, favorável.”
 71 Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Uemg, como vota? A Uemg também parece que está ausente. IFTM,
 72 como vota?” Conselheiro Mauro das Graças Mendonça (IFTM): “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim
 73 Filho: “OAB Minas Gerais, como vota?” Conselheiro Felipe Pimenta de Almeida (OAB/MG): “Felipe Pimenta de
 74 Almeida, representando a OAB/MG, voto favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Vamos chamar
 75 novamente os que não tiveram oportunidade de votar ainda. Crea/MG, como vota? Está ausente. Prefeitura de
 76 Uberlândia, como vota? Está realmente ausente. Amedi votou no chat. O voto da Amedi: favorável. Associação
 77 Santa Vitória, como vota? Está ausente também. A Uemg também está ausente. Então a ata foi aprovada com
 78 16 votos e quatro ausências.” **5) INFRAESTRUTURA DE DADOS ESPACIAIS (IDE-SISEMA). Apresentação:**
 79 **Superintendência de Gestão Ambiental/Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento/SEMAD.**
 80 Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Passamos, então, ao item 5 de nossa pauta, que é ‘Exame de processo
 81 administrativo’, que é ‘Processo Administrativo para exame de recurso ao arquivamento de processo de
 82 regularização ambiental.’ Ah, desculpe. Desculpem, senhores. Eu pulei um item aqui, me perdoem. Voltando
 83 aqui, então: nós examinamos anteriormente o item 4, vamos passar agora para o item 5 de nossa pauta. Neste
 84 item, nós temos aqui duas ou três apresentações sucintas que vão ser feitas, vão ser exibidas para nós e para os
 85 conselheiros. Eu vou pedir o apoio dos nossos colegas em Belo Horizonte para que coloquem as apresentações
 86 para que possamos vê-las. Fazendo apenas uma pequena ressalva, que é o nosso colega, o gestor ambiental
 87 Felipe Fernandes Ladislau que vai promover essa apresentação para a gente. Obrigado.” Felipe Fernandes
 88 Ladislau (SEMAD): “Uma boa tarde a todos. Cumprimento o presidente da reunião, Ilídio, os senhores
 89 conselheiros e a todos que nos acompanham pelo Youtube. Como bem dito, meu nome é Felipe Ladislau, eu sou
 90 gestor ambiental pela SEMAD e integro a Diretoria de Gestão Territorial Ambiental, que exerce o papel de
 91 coordenadora executiva da Infraestrutura de Dados Espaciais do Sisema, a IDE-Sisema. E vou lhes fazer aqui uma
 92 apresentação sobre a nossa plataforma e todo o seu escopo de atuação e de disposição de informações. Como
 93 bem dito, a IDE-Sisema, Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, foi
 94 instituída através da Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM 2.466/2017, tendo sido retificada em 2018; e
 95 seu arcabouço normativo, que rege o encaminhamento, recepção e disponibilização de dados, também
 96 normalizado com a Resolução 2.684/2018. A IDE-Sisema tem a perspectiva e a prerrogativa de ser uma

97 plataforma, uma infraestrutura de gestão compartilhada e descentralizada. O que significa que, no âmbito do
 98 Sisema, com os seus quatro órgãos e entidades, o processo de recepção, de padronização, de distribuição e de
 99 produção de dados geoespaciais, de informações geoespaciais ambientais, está personalizado no âmbito dessas
 100 quatro figuras, desses quatro órgãos e entidades. Então, com base nisso, nós temos um Comitê Gestor, que é
 101 composto por gerências ou diretorias com interface de geotecnologias, de geoprocessamento, de sistema de
 102 informação geográfica de cada uma dessas unidades: SEMAD, FEAM, IEF e IGAM. E nós aqui da DGTA temos a
 103 função de coordenação executiva, diz respeito a procedimentos de organização estrutural da infraestrutura em
 104 conjunto com as demais unidades administrativas. Então o papel, essa disponibilização de informações
 105 geoespaciais de caráter ambiental ou socioambiental tem um caráter também de consulta técnica e
 106 procedimental relacionada ao cotidiano dos técnicos e analistas do Sisema. E também para o público externo.
 107 Ela tem a função de disponibilizar essas informações também ao público externo. E possui o seu caráter de
 108 planejamento territorial, suporte de tomada de decisão, que é uma característica, é uma premissa fundamental
 109 quando você está trabalhando com dados geoespaciais. Não necessariamente é uma obrigação, mas você tem
 110 essa prerrogativa do dado geoespacial ser um dado que permite tomada de decisão e suporte ao planejamento.
 111 Uma verberação institucional e administrativa disso (...), a IDE-Sisema ser uma plataforma de consulta oficial
 112 dos critérios locacionais de enquadramento pelo processo de licenciamento, através da DN 217/2017. A IDE-
 113 Sisema completou quatro anos de existência em 26 de fevereiro de 2018. Desculpa, de 2022. Ela foi instituída
 114 em 26 de fevereiro de 2018 e em fevereiro deste ano completou quatro anos. E no ato de aniversário dela, de
 115 celebração dessa escala temporal, tínhamos um total de 556 camadas geoespaciais, um acumulativo total de
 116 1.200.000 acessos, através de um pouco mais de 1.400 cidades e mais de 81 países. Claro que a grande maioria
 117 desses acessos é no Brasil, em especial no Estado de Minas Gerais. Mas esses são os principais dados de
 118 acessibilidade e consulta da IDE. Aqui estão os principais países onde a gente realiza, onde tem o acesso à IDE-
 119 Sisema. Obviamente, o Brasil lidera o ranking, com Estados Unidos, Argentina, Portugal e Reino Unido
 120 completando o top 5. Dentro do Brasil, além do Estado de Minas Gerais, que é o primeiro, naturalmente, tem
 121 São Paulo, Rio, Distrito Federal e Espírito Santo, também completando o top 5. E os municípios do Estado que
 122 mais realizam acesso são os municípios de Belo Horizonte, Uberlândia, Montes Claros, Patos de Minas e
 123 Divinópolis. Muitos deles são municípios que são sedes das Superintendências de Meio Ambiente. Essa é a
 124 nossa interface atual. Em setembro de 2021, a gente lançou uma segunda versão de nossa plataforma de
 125 visualização geográfica, e essa plataforma consistiu em um refinamento de nossos sistemas. É comum por parte
 126 dos usuários, tanto do Sisema quanto fora, pensar que a IDE se resume, consiste somente nessa plataforma de
 127 interação. No entanto, a infraestrutura, ela... Não foi? Peço desculpas aqui, gente, que o slide não foi. Não está
 128 indo? Está passando. Agora foi, agora foi.” Servidor do Sisema não identificado no áudio: “Não, para nós não foi.
 129 Você está compartilhando... Felipe Fernandes Ladislau (SEMAD): “Não?” Servidor do Sisema não identificado no
 130 áudio: “Provavelmente, você está compartilhando a tela errada. Por isso... Aqui está aparecendo a tela do
 131 PowerPoint, não a da apresentação. Por acaso, você está trabalhando com dois monitores?” Felipe Fernandes
 132 Ladislau (SEMAD): “Estou.” Servidor do Sisema não identificado no áudio: “Você tem que compartilhar o outro
 133 monitor, onde está a apresentação, provavelmente. Para de compartilhar esse e começa de novo.” Felipe
 134 Fernandes Ladislau (SEMAD): “Mudou?” Servidor do Sisema não identificado no áudio: “Não. Eu vou encerrar o
 135 seu compartilhamento, e você começa de novo. Agora está aparecendo a tela dos slides, onde fica o slide um do
 136 lado do outro, slide 1 de 21 e do lado o menorzinho.” Felipe Fernandes Ladislau (SEMAD): “Agora está indo. Não
 137 é?” Servidor do Sisema não identificado no áudio: “Não exatamente. Estou vendo a pauta...” Servidora do
 138 Sisema não identificada no áudio: “Ali, rapidinho. Aqui... Pega o PowerPoint.” Felipe Fernandes Ladislau
 139 (SEMAD): “ok.” Servidora do Sisema não identificada no áudio: “Coloca no modo apresentação. Agora você sai.
 140 Entra no... Aqui...” Felipe Fernandes Ladislau (SEMAD): “Aqui?” Servidora do Sisema não identificada no áudio:
 141 “Isso.” Felipe Fernandes Ladislau (SEMAD): “Modo apresentação. Uai, que estranho. Está indo?” Segunda
 142 servidora do Sisema não identificada no áudio: “Só não está no modo apresentação.” Servidor do Sisema não
 143 identificado no áudio: “Agora deu.” Segunda servidora do Sisema não identificada no áudio: “É só voltar...”
 144 Felipe Fernandes Ladislau (SEMAD): “Obrigado, gente. Eu peço desculpas aos conselheiros e a todos que estão
 145 acompanhando pela falha na apresentação da infraestrutura. Eu vou recapitular aqui alguns pontos só para
 146 vocês poderem acompanhar junto com o slide. Como eu havia dito, a IDE-Sisema é instituída através da
 147 Resolução SEMAD/IEF/IGAM/FEAM 2.466/2017. A Resolução 2.631/2018 retifica alguns pontos relacionados a
 148 essa instituição de 2017. E a Resolução 2.684/2018 versa sobre o fluxo de encaminhamento, recepção e

149 disponibilização dos dados que são providos pela IDE. É uma plataforma de gestão corporativa, por ser do
 150 Sistema Estadual de Meio Ambiente, compartilhada e descentralizada, por ser instituída através dos quatro
 151 órgãos e entidades. E então possui, portanto, um Comitê Gestor com representantes dos quatro órgãos e
 152 entidades, do qual a DGTA, nossa diretoria, exerce a função de coordenadora executiva. Há um outro ponto que
 153 eu não comentei antes, é que a IDE está nos padrões, ela segue os padrões da Inde, Infraestrutura Nacional de
 154 Dados Espaciais, que foi a primeira IDE do Brasil, que foi instituída a partir do Decreto 6.666/2008. Foi o decreto
 155 em que criou-se o padrão de infraestrutura de dados no país e que é o decreto de referência para toda e
 156 qualquer IDE no território nacional. A IDE-Sisema prevê a disponibilização e compartilhamento de dados
 157 geoespaciais ou socioambientais, é uma ferramenta, é uma plataforma de consulta técnica por parte dos
 158 gestores e analistas do Sisema, mas também por parte do público externo, da sociedade civil; e também exerce
 159 sua função de planejamento territorial e de tomada de decisão. Incluindo – nesse caso, eu citei como exemplo –
 160 a DN 217, os critérios de enquadramento e vedação do licenciamento ambiental. Como eu disse, no aniversário
 161 de quatro anos da IDE-Sisema, a gente teve, a gente dispunha de uma plataforma com 556 camadas, um pouco
 162 mais de 1.200.000 acessos em mais de 1.400 cidades e 81 países. Aqui um aparato dos principais países que
 163 acessam a IDE: Brasil, obviamente, por ser uma plataforma mineira e brasileira, mas também Estados Unidos,
 164 Argentina, Portugal, Reino Unido, no top 5. Minas Gerais sendo líder de acessos do país, com São Paulo, Rio,
 165 Distrito Federal e Espírito Santo também fechando esse top 5. E dentro de Minas Gerais você tem os municípios
 166 de Belo Horizonte, Uberlândia, Montes Claros, Patos de Minas e Divinópolis liderando os acessos constantes da
 167 IDE-Sisema, isso com dados até o ato de aniversário dela; ela foi constituída em 26 de fevereiro de 2018,
 168 completando quatro anos em fevereiro de 2022. Aqui é a nossa interface, essa é a segunda edição, a segunda
 169 versão da interface de nossa plataforma, que é um dos sistemas que compõem a infraestrutura, a IDE. Essa aqui
 170 é a plataforma de visualização geográfica dos dados. Nós também temos uma plataforma de gerenciamento
 171 desses dados, onde a gente hospeda as camadas no ambiente virtual, na rede mundial de computadores. E
 172 também temos a instância do banco de dados, que é como se fosse um gerenciador, um armazenador das
 173 informações. Então a IDE, como vocês podem ver pela minha fala, é um sistema, é uma infraestrutura que
 174 comporta vários sistemas, e o que o usuário, seja do Sisema ou seja fora, vê é esse aqui, que é a plataforma de
 175 visualização geográfica. Alguns recursos que a IDE-Sisema dispõe hoje, eu acho que um dos principais, se não o
 176 principal, para consulta e para utilização dos usuários, são os webservices. O que são webservices? Webservices
 177 são protocolos de conexão de dados através de algum software ou de algum programa de que você dispõe em
 178 seu computador. Esse programa precisa ser um programa que trabalhe com dados geográficos, que tenha a
 179 nomenclatura de sistema de informação geográfica. E a partir desses protocolos, que é esse link aqui,
 180 geoserver.meioambiente.mg.gov.br, o usuário pode acessar as camadas da IDE-Sisema sem estar na plataforma
 181 aqui, na nossa plataforma de visualização. Ele consegue consultar todas as informações no seu próprio GIS. Isso
 182 é uma maneira muito mais facilitada e interativa do usuário com o dado. Como vocês podem ver aqui nesta
 183 captura de tela, uma camada disponibilizada aqui no ambiente de Minas Gerais com as massas d'água
 184 sobrepondo. Além de você conseguir visualizar no software, você consegue também processar as camadas,
 185 fazer análise, consultar os dados de atributos que estão dentro dessas camadas. Então esse webservice permite
 186 isso e ele é disposto aqui no menu, no último menu lateral, 'webservices', onde você pode copiar o link e
 187 conectar no seu software de sistema de informação geográfica. Para além disso, a gente tem os recursos que
 188 estão disponíveis na plataforma de visualização. Aqui nós temos diversas capturas menores para mostrar quais
 189 são os principais recursos. Hoje você pode, por exemplo, selecionar o mapa base, que está por baixo e que vai
 190 dar subsídio à consulta das camadas. Pode ser um mapa base de satélite, pode ser um mapa base cartográfica,
 191 pode ser um mapa base de curva de nível ou de um modelo de elevação, que vai mostrar o relevo. Então você
 192 tem diversas opções que estão totalmente disponíveis para consulta. Você, evidentemente, consegue fazer o
 193 download dessas camadas em diversos formatos, que são os mais tradicionais utilizados pelos técnicos e
 194 analistas do Sisema. O Shapefile, que é compatível com o software de sistema de informação que eu comentei
 195 anteriormente; KML, que é um software compatível com o Google Earth, de amplo acesso por parte do Sisema e
 196 do público externo; GeoJSON, que é um formato que permite a usuários mais avançados do ponto de vista de
 197 sistema, de implementação de sistemas, permite com que esses usuários obtenham o dado e consigam
 198 programá-lo em seu sistema que está sendo desenvolvido; é um formato mais complexo destinado a
 199 programadores. E o XLSX, que é o formato de planilha, o Excel ou LibreOffice, seja o que for, que é onde a
 200 pessoa pode consultar os dados alfanuméricos da IDE, das camadas. Outro recurso também é a consulta dos

201 atributos na própria plataforma, nesse terceiro print superior, onde você consegue identificar quais são as
 202 informações que estão dentro da camada, bastando clicar nela, clicar em cima do atributo ou da feição
 203 específica que você deseja. No canto inferior aqui, você tem as ferramentas de desenho e de cálculo métrico.
 204 Você consegue desenhar pontos, linhas, polígonos e quadrantes para poder analisar o seu empreendimento ou
 205 fazer a análise que você deseja na IDE a partir de um recorte específico. Você também consegue baixar esse
 206 recorte e fazer, por exemplo, o cálculo de um buffer, de uma área de influência em torno dessas feições
 207 desenhadas. Assim como também você consegue importar geometria. Você consegue importar um Shapefile
 208 que você mesmo tenha e que não esteja na IDE ou que também esteja na IDE. É um pouco paradoxo, mas você
 209 consegue pegar um dado da IDE e puxar para a própria IDE. Um KML de alguma coisa ou de algum recorte que
 210 você esteja trabalhando; um GeoJSON, que é aquele formato para desenvolvedores e programadores, e assim
 211 vai. E esse formato pode ser baixado em outros formatos. Se você sobe em KML, consegue baixar em Shape, e
 212 vice-versa. Então esses são os principais recursos que nós dispomos hoje na IDE-Sisema. A IDE permite a
 213 visualização de várias camadas ao mesmo tempo. Em determinado momento do nosso histórico, isso não
 214 chegou a ser possível. Hoje é possível consultar vários atributos, várias legendas, controlar a opacidade, a
 215 transparência, enfim. São outros formatos de recursos que estão disponíveis. E aqui está um exemplo. Você tem
 216 aqui a legenda dessa camada que é a tipologia de destinação de resíduos sólidos, com suas diversas categorias;
 217 uma consulta desses atributos dentro dela, onde você vai ter o geocódigo do município, que é um código criado
 218 pelo IBGE; o nome do município, a tipologia correspondente. E se você quisesse nesse modal de camadas
 219 disponíveis poderia ativar todas da pasta de resíduos sólidos e consultá-las. Aqui está um outro exemplo, você
 220 consegue fazer medições, mais um recurso que eu acabei não citando. Você estabelece a distância métrica de
 221 um ponto a outro, verifica através disso também as coordenadas correspondentes a esses dois pontos. Você
 222 consegue controlar a opacidade das camadas que estão sendo consultadas e você consegue também editar as
 223 geometrias. Nessa captura aqui no menu de ferramentas de desenho, se vocês repararem, tem um ícone
 224 avermelhado onde você consegue editar. Você criou uma linha e você quer remodelá-la, você consegue fazer
 225 isso. Do ato de implementação da versão 2.0 da nossa plataforma, em setembro, a gente dispunha de 502
 226 camadas. Hoje em junho, a gente já tem o total de 595. Quase cem novas camadas foram adicionadas na IDE-
 227 Sisema, o que é fruto da constante atualização e produção de novos dados tanto aqui dentro quanto fora,
 228 quando a gente obtém dados externos. Alguns exemplos. O exemplo da captura aí são os programas... Os dois
 229 exemplos, da captura de tela, são os programas de educação ambiental, que são de responsabilidade da
 230 Diretoria de Educação Ambiental da SEMAD, que são vinculados ao Programa de Educação Ambiental da DN 214.
 231 Também temos um exemplo da área de abrangência do marco regulatório da Bacia Hidrográfica do São Marcos,
 232 fruto de um trabalho coletivo entre Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal. Outros exemplos. Uma base que foi
 233 recentemente adicionada à IDE que é muito importante para o processo de licenciamento, que é o
 234 enquadramento de corpos d'água, que é um item previsto na DN 217 e que os cursos de classe especial
 235 possuem vedação de instalação de empreendimentos ou de lançamento de efluentes. É uma base que até então
 236 não era disponível e que agora está disponível através do IGAM, da representação do IGAM no Comitê. Também
 237 temos algumas camadas do Panorama de Resíduos Sólidos Urbanos e de Esgotamento Sanitário produzido pela
 238 SEMAD, cobrança pelos serviços de abastecimento, um índice criado pela equipe para avaliação do sistema de
 239 gestão de resíduos, percentual da população urbana atendida por tratamento de esgoto. Todos são dados
 240 disponibilizados na IDE, livre consulta, livre download. Um outro exemplo de camadas. Essas duas camadas da
 241 captura de tela aí são as camadas do diagnóstico de ações de fiscalização produzido pela equipe da DFIS, da
 242 SEMAD, anualmente, que produz dois dados geoespaciais importantíssimos que são áreas prioritárias para
 243 ações da fiscalização. E também, logo abaixo, é uma camada de anomalia de precipitações hidrológicas,
 244 produzida pelo IGAM e que contém os eventos anômalos de precipitação. Um outro dado, que possui contínua
 245 atualização por parte das equipes da SEMAD, é esse, a relação de municípios que realizam licenciamento
 246 ambiental, a municipalização do licenciamento no Estado de Minas. É possível consultar na IDE a relação de
 247 municípios que fazem esse tipo de licenciamento, a classe correspondente, classe de licenciamento
 248 correspondente ao município; a competência, se ela é originária, se ela é por consórcio. E através de um link que
 249 está na captura aqui, 'clique aqui', o usuário consegue acessar os dados com as listagens correspondentes ao
 250 que é licenciado pelo município. Então existe uma integração até da IDE com outros tipos de informação ou
 251 outros sistemas. Uma das camadas mais demandadas historicamente, entrou em 2021 também, que é a
 252 localização geográfica das licenças ambientais que vêm sendo emitidas pelo SLA, sistema de licenciamento,

253 desde o finalzinho de 2019. Então essa camada entrou na IDE em 2021, fruto de uma parceria da DGTA, do
 254 Comitê Gestor, junto com as equipes da Regularização e com os servidores de TI do Sisema, que conseguiram
 255 extrair essas informações. São pouco mais de 9.000 licenças, até o ato de última atualização. E também através
 256 dessa camada é possível, assim como a de licenciamento municipal, você consegue através desse ‘clique aqui’
 257 da captura ir em direção ao processo correspondente àquele licenciamento e consultar as informações. Aqui é
 258 um exemplo de processamento em GIS das camadas da IDE-Sisema naquele software de sistema de informação
 259 geográfica que eu havia comentado. Você consegue fazer filtros das camadas, como, por exemplo, essa do SLA;
 260 você consegue filtrar as camadas, por exemplo, nessa legenda aqui que são as listagens, tipologias de listagem
 261 dos empreendimentos que foram licenciados. Você consegue filtrar isso para poder ver melhor, visualizar e
 262 fazer a análise que você deseja sobre uma listagem específica ou sobre um grupo N dessas listagens. Você
 263 também consegue fazer concentrações. Desculpa, um outro tipo de filtro aqui, pela classe do empreendimento.
 264 Você poderia fazer outras análises, como a concentração de licenças grupos N de listagens por região do Estado,
 265 por Supram, por exemplo, por Regional do COPAM. Então assim: isso é um exemplo muito bom do poder de
 266 processamento dos dados da IDE com um sistema de informação geográfica. Nós da DGTA, inclusive, sempre
 267 prezamos por essa, quando possível, claro, a integração dos nossos dados com um software GIS. Porque,
 268 embora nossa plataforma de visualização disponha de alguns recursos, não é possível integrar todas as
 269 funcionalidades de um sistema de informação geográfica dentro de uma plataforma de visualização. O poder de
 270 processamento desses programas é muito maior. Metas. Para este ano de 2022, a gente tem como metas o
 271 lançamento de um sistema de metadados. O que são metadados? São informações técnicas dos dados. Então a
 272 gente disponibiliza os dados geoespaciais, porém, a gente ainda não disponibiliza totalmente, na integridade, as
 273 informações de elaboração, de data, de período temporal e de atualização e também de responsável por esses
 274 dados. Estamos implementando esse sistema, através de um software chamado GeoNetwork. Estará disponível,
 275 assim como a nossa plataforma, para consulta, para obtenção, para livre acesso. A integração de dados
 276 matriciais. A IDE-Sisema, todas as camadas da IDE hoje são dados vetoriais, são dados de vetor, desenho. Então
 277 os dados matriciais, que são dados de raster, imagem, são dados que permitem um poder de processamento e
 278 de análise muito maior do que o vetor. Porém, a IDE, historicamente, não tinha suporte para esses dados.
 279 Estamos no trabalho de testar essa compatibilidade para disponibilizar dados, por exemplo, modelos de
 280 elevação, camadas frutos de estudos como, por exemplo, Zoneamento Ecológico-Econômico, Zoneamento
 281 Ambiental e Produtivo, que possuem camadas em raster. A modernização de nossa documentação, que são os
 282 manuais de uso da plataforma, os manuais de estruturação de dados, assim como estamos na iminência de
 283 lançar uma nova resolução conjunta, que vai substituir aquelas do início do slide e que vai prover um novo
 284 cenário, uma nova conjuntura de encaminhamento, recepção, distribuição e responsabilidade técnica por parte
 285 das unidades do Sisema sobre as camadas. Então nós vamos começar a trabalhar com essa ideia de ter uma
 286 unidade que é receptora nativa desses dados. E uma otimização de nosso visualizador. A gente sabe no próprio
 287 Comitê que o visualizador nem sempre oferece a total performance para o usuário. Enfrentamos aqui
 288 constantes desafios com relação à utilização dessa nossa plataforma, não só em visualização, mas todas as
 289 outras gerenciadoras. E é um desafio que a gente trabalha junto com a TI. Uma coisa que eu acho importante,
 290 nós aqui enquanto equipe achamos importante frisar que uma infraestrutura de dados espaciais não acontece
 291 sem a presença da TI, das equipes de tecnologia da informação, que vão estruturar o desenvolvimento do
 292 sistema. A gente tem o conhecimento técnico, a gente tem uma interface com a TI, mas a excelência de
 293 implementação de um sistema, do seu, vamos dizer, ‘técnicos’, está nas mãos da TI. E aí a gente tem a alegria
 294 de ter a participação conjunta e ativa da TI no Comitê e no desenvolvimento dessas melhorias. Então essas são
 295 as principais metas para este ano. Algumas delas já estão acontecendo, já está previsto para o final deste mês
 296 lançar esse gerenciador de metadados, os dados raster, alguns a gente já conseguiu subir. E a resolução está na
 297 iminência de ser publicada no ‘Diário Oficial’. E é isso, eu espero ter sido o mais conciso possível. Peço mais uma
 298 vez desculpas pela falha técnica na apresentação e fico à disposição, enquanto gestor, mas a DGTA fica à
 299 disposição para esclarecimento, suporte e também sugestões, críticas e elogios. Muito obrigado.” Presidente
 300 Ilídio Lopes Mundim Filho: “Agradecemos ao colega Felipe Ladislau pela apresentação. Muito obrigado, Felipe.
 301 Prosseguindo na nossa reunião, pessoal, nós temos agora cerca de cinco vídeos institucionais, bem curtos,
 302 que devem girar em torno de 7 minutos ao todo. Eu gostaria de pedir auxílio dos nossos colegas na sede em
 303 Belo Horizonte para poder rodar os vídeos para a gente, por favor.” Vânia Mara de Souza Sarmento (Núcleo dos
 304 Órgãos Colegiados/SEMAD): “Senhor presidente, Vânia, do Núcleo dos Órgãos Colegiados. Vamos dar sequência

na pauta, e a gente passa os vídeos no final, por gentileza.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Ok, Vânia. Prosseguindo, então, prezados conselheiros e demais participantes. Passamos, então, ao item 6 de nossa pauta, que é um retorno de vista.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO AO ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL. 6.1) Vale do Rio Grande Reflorestamento Ltda. Fazenda Rio Grande. Mats. 4083, 656, 6912, 7663, 11422, 7527, 13190, 8025, 7542, 6128, 3325, 9675, 6365, 8940, 11523, 4533 E 14760. Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo); criação de equinos, muares, ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (confinados); cultura de cana-de-açúcar sem queima. Prata/MG. Licença de Operação Corretiva (LOC). PA/nº 31289/2015/001/2017. Classe 4. Apresentação: Supram TM. Retorno de vista pelo conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg).** Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Item 6. Processo administrativo para exame de recurso ao arquivamento de processo de regularização ambiental. 6.1. Vale do Rio Grande Reflorestamento Ltda. Fazenda Rio Grande. Matrículas 4083, 656, 6912, 7663, 11422, 7527, 13190, 8025, 7542, 6128, 3325, 9675, 6365, 8940, 11523, 4533 e 14760. Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo); criação de equinos, muares, ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (confinados); cultura de cana-de-açúcar sem queima. Prata/MG. Licença de Operação Corretiva (LOC). Processo administrativo nº 31289/2015/0001/2017. Classe 4. Apresentação: Supram TM. Retorno de vistas pelo conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg). Para esse processo, nós temos um destaque, que é de Daniel Prado de Azevedo Ferreira. Senhor Daniel, o senhor tem 5 minutos a partir de agora. Senhor Daniel está na sala?” Vânia Mara de Souza Sarmento (Núcleo dos Órgãos Colegiados/SEMAD): “Senhor presidente, o promotor doutor Carlos Valera levantou a mão, por gentileza.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Com a palavra, doutor Carlos Valera.” Conselheiro Carlos Alberto Valera (MPMG): “Carlos Valera, MPMG. É só para registrar o meu impedimento nesse item, em razão do escritório que atuou na celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, o Escritório Pena e Valera tem entre os seus sócios a minha filha Mayara Valera. Então para declinar aqui o meu impedimento. Obrigado.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Obrigado, doutor Carlos. Impedimento registrado. Aproveitando o ensejo do pronunciamento do doutor Carlos, nós gostaríamos de registrar também que a Polícia Militar de Minas Gerais está impedida de votar nesse caso, tendo em vista que foi ela a autoridade que lavrou o auto de infração. Então o registro feito também da PMMG. Novamente, nós indagamos se o Sr. Daniel Prado de Azevedo Ferreira está na sala.” Daniel Prado de Azevedo Ferreira (inscrito no item 6.1): “Pronto, agora estou. Boa tarde. Boa tarde a todos.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Pois não, Sr. Daniel. O senhor vai ter 5 minutos a partir de que o cronômetro seja colocado na tela. Pode começar, Sr. Daniel, por favor.” Daniel Prado de Azevedo Ferreira (inscrito no item 6.1): “Gostaria de cumprimentar todos os conselheiros, na pessoa do presidente. Trata-se de um processo instruído por EIA/Rima que foi arquivado pela Supram por conta de não (...). Atualmente o processo já encontra-se superado, foi celebrado um TAC, essas condicionantes estão sendo cumpridas. Então a nossa presença aqui, juntamente com o corpo técnico, que também está habilitado, é mais no sentido de sanar algum esclarecimento, alguma dúvida que algum conselheiro possa vir a ter em relação à questão. Só colocando à disposição aí.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Ok. Obrigado, Sr. Daniel. Indago se algum conselheiro tem mais alguma coisa a ponderar acerca da questão. João Henrique, da Faemg, levantou a mão aqui. Sr. João Henrique, o senhor tem a palavra por 5 minutos.” Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes (Faemg): “Presidente Ilídio e demais membros do Conselho, boa tarde. João Henrique, Faemg. Conforme o Daniel já bem colocou numa breve síntese desse processo, que acredito que todos os conselheiros aí sabem qual é a dimensão e complexidade de um estudo de EIA/Rima. Esse processo foi ingressado em 2015, no qual foi emitido o FOB. Em 2016, 17 e 18, foram realizados os estudos. Como a gente sabe, os estudos de EIA/Rima têm que ter duas temporadas... Entendeu? Têm que ter duas, tem que ser época chuvosa, época de seca. Então são estudos que, de fato, demandam muito tempo, vários meses para eles serem realizados. Em 2019, foi já vistoriada a propriedade pelo corpo técnico. Correto? Em 2019, foram feitos alguns pedidos de informações complementares. Essas informações complementares eram basicamente que foram discutidas posteriormente, elas versavam sobre questões de cercamento de APP e reserva legal, no que foi discutido pelo empreendedor. Porque, legalmente, conforme até prevê o Código Florestal, ele sugeriu e questionou a aplicação neste momento. Porque ele poderia, em caráter posterior, no Programa de Regularização Ambiental, proceder esse cercamento. O processo foi arquivado em função dessas informações complementares. Foi solicitado um TAC. O

357 TAC foi assinado depois de dois anos da sua solicitação. E essas informações complementares que foram objeto
 358 de discussão lá atrás foram consignadas no TAC, estão sendo cumpridas. Então eu queria chamar atenção dos
 359 conselheiros aqui, eu não estou discutindo no mérito jurídico, eu não estou querendo colocar se o corpo técnico
 360 agiu de forma assertiva ou não, com emprego da legalidade estrita. Eu quero trazer uma ponderação de
 361 razoabilidade, de coerência, aqui para os conselheiros. Porque um estudo de EIA/Rima que demanda tanto
 362 tempo, inclusive, que já foi vistoriado, um arquivamento de informações complementares que não têm nenhum
 363 prejuízo à reza ambiental, não tem nenhum prejuízo de forma ambiental. Então eu quero trazer essa reflexão
 364 para os conselheiros, que acatem o recurso, que mantenham a regularidade do processo de licenciamento do
 365 empreendedor, porque os motivos pelos quais ele foi arquivado não ocasionaram nenhum prejuízo ambiental. E
 366 ao passo que um novo procedimento de EIA/Rima, além de altamente dispendioso, complexo e demanda muito
 367 tempo, vai ser, versar sobre o mesmo mérito que foi discutido anteriormente, sobre os mesmos estudos. Então
 368 não tem coerência, não tem razoabilidade nisso. É só isso que eu tenho para deixar, deixar essa reflexão para os
 369 conselheiros e pedir o prosseguimento do licenciamento do empreendimento.” Presidente Ilídio Lopes Mundim
 370 Filho: “Obrigado. Obrigado, Sr. Daniel. Com a palavra agora a superintendente Regional de Meio Ambiente do
 371 Triângulo Mineiro, Kamila Borges Alves. Doutora Kamila, a senhora tem 5 minutos para se manifestar. Por
 372 favor.” Kamila Borges Alves (Supram Triângulo Mineiro): “Boa tarde, senhores conselheiros. Atenta aqui às
 373 explanações feitas anteriormente, mas eu também preciso fazer aqui algumas colocações para que a gente não
 374 crie um problema a depender do resultado desse julgamento. A informação complementar que foi enviada ao
 375 empreendedor (...), para vocês terem ideia, o item 8, que era para comprovar a adequação da área de
 376 confinamento de bovinos de modo a conter e direcionar os dejetos para uma área de contenção
 377 impermeabilizada; apresentar projeto agrônômico de aplicação dos dejetos nas áreas de pastagens, com ART do
 378 responsável técnico. Tinha ainda a necessidade de apresentar o projeto de cercamento das áreas de reserva
 379 legal e APP e remanescente de vegetação nativa. Vejam, conselheiros, que, diferente de outros tipos de
 380 atividade, quando a gente fala de bovinocultura, o cercamento dessas áreas é imprescindível. Até porque a
 381 gente não fala de uso antrópico consolidado em 100% das áreas de preservação permanente. Sem essa
 382 documentação técnica... Eu vou até depois pedir para o Rodrigo vir aqui, que acompanha toda a análise desse
 383 processo, para poder falar mais para vocês. Mas o que eu estou querendo dizer é o seguinte: não existe a
 384 possibilidade de avaliar o mérito desse processo, de avaliar a viabilidade ambiental desse processo, se ficarem
 385 ausentes as documentações que a gente solicitou. E, de fato, ficaram. Então é uma coisa assim que para a gente
 386 é essencial, sob pena de encaminhamento para outro tipo de situação. Entendeu? Então a ausência desses
 387 documentos é situação, para a gente, assim, que impossibilita a avaliação do mérito desse requerimento. Eu vou
 388 passar para o Rodrigo para ele explicar para vocês o quê que é a nossa preocupação, o que a gente tem que
 389 analisar nesse tipo de atividade. E o processo, como está agora, seria possível analisar a viabilidade ambiental?
 390 Eu vou passar para ele, para ele poder explicar isso para vocês.” Rodrigo Angelis Alvarez (Supram Triângulo
 391 Mineiro): “Boa tarde a todos. Rodrigo Angelis, diretor da Supram TM. Complementando as falas da nossa
 392 superintendente, eu gostaria de fazer um breve histórico aqui. Que o empreendimento, ele teve pedido de
 393 informação complementar emitido com uma série de solicitações. Dentre elas, foi emitido esse ofício com prazo
 394 de 60 dias. O empreendedor solicitou a prorrogação por mais 60 dias. Essa prorrogação foi concedida. E, ao
 395 findar do prazo, foram apresentadas as respostas, que vieram de forma incompleta. Por isso, o despacho é
 396 arquivamento desse processo. Dentre as motivações do arquivamento foi o descumprimento dos itens 4 do
 397 ofício de informação complementar, atinentes às questões da comprovação do uso antrópico da APP, enfim... E,
 398 além desse item, houve descumprimento de mais dois itens, que são os itens 8 e 11. Sendo que o item 8, que foi
 399 lido pela nossa superintendente, era a respeito das medidas de controle de uma das atividades exercidas. Então
 400 não foi só o item 4 que foi descumprido, foram três itens das informações complementares, nas quais foram
 401 dados prazos regulamentares, e os mesmos não foram apresentados. Então esse foi o encaminhamento do
 402 processo com o despacho pelo arquivamento. Vamos à questão atual hoje, caso esse processo retorne a análise.
 403 Os estudos ambientais, eles foram feitos em 2015 e 2016, ou seja, há mais de cinco anos. Então esses
 404 diagnósticos, a princípio, eles precisam ser todos refeitos. Inclusive, hoje, na própria normativa do IEF, a 3102,
 405 ela dá abertura a outros empreendimentos a utilizar estudos primários feitos nas suas áreas de influência, desde
 406 que esses estudos não tenham mais do que cinco anos. Então a gente já tem normativas estaduais que limitam
 407 esses estudos aos prazos para serem utilizados. Ou seja, esse processo aqui ora arquivado, se ele voltar à ativa,
 408 ele já tem estudos elaborados há mais de cinco anos, ou seja, eles terão que ser todos refeitos. E além disso não

houve descumprimento do rito, que foi rito legal. Foi dado o prazo legal disposto na legislação, e o mesmo não foi cumprido na integralidade pelo empreendedor, pelo seu responsável, o que ocasionou este arquivamento. Então é o que eu tenho para falar, esclarecer aqui neste momento. E que não foi só um item, como relatado, foram três itens descumpridos, sendo que um item tem relação direta a medida de controle de uma atividade desenvolvida.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Obrigado, Rodrigo, da Supram Triângulo. Com a palavra o conselheiro Charles Campos.” Conselheiro Charles Rodrigues Campos (Sede): “Boa tarde. Charles Campos, Sede. Eu queria só um esclarecimento em relação à aplicação da 3102 nesse caso. Não estou discutindo o mérito das outras observações, apenas dessa, porque a 3102 só tem efeito para protocolos que foram feitos após novembro. Pelo menos esse é o meu entendimento. Então eu queria esclarecimento em relação a isso. Porque se caso fosse voltar a esse processo a 3102 não se aplicaria a ele. Se eu não estiver enganado, obviamente.” Rodrigo Angelis Alvarez (Supram Triângulo Mineiro): “Rodrigo, Supram. Conselheiro, eu usei a 3102 como uma analogia, porque o órgão estadual, até então, ele não tinha isso. Mas o Ibama tem normativa que também traz esse indicativo de validade dos estudos realizados. Então é só um indicativo que o próprio Estado também agora está norteando esses estudos, a validade desses estudos. Porque senão fica ‘ad aeternum’, ‘eu fiz um estudo há dez anos atrás e vou utilizá-lo agora’. Entendeu? Então foi a termo de analogia essa indicação que eu fiz, mas existem normativas federais que também trazem esses prazos de validade dos estudos.” Conselheiro Charles Rodrigues Campos (Sede): “Perfeito. Obrigado pela explicação.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Muito obrigado, Rodrigo, da Supram Triângulo. Mais algum conselheiro gostaria de fazer uso da palavra? Não? João Henrique, da Faemg, levantou a mão. Conselheiro João Henrique, o senhor tem a palavra.” Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes (Faemg): “Então só até para reforçar o que foi falado. Então os três itens que foram objeto das informações complementares já foram superados no TAC. Então, até pela forma, o prejuízo você não tem porque já foram apresentados os estudos que estavam, em tese, devendo. Então aqui nós estamos agora fazendo uma análise: ‘Olha, devemos continuar com o licenciamento ou não?’ Eventuais estudos que deverão ser feitos, por conta desse esclarecimento do Rodrigo, eu acho que não cabe a nós discutir aqui. Eu acho que a gente tem que votar pelo prosseguimento ou não do processo. Entendeu? Sendo que os três itens que já foram objeto das informações complementares já foram superados.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Com a palavra o colega Paulo Rogério, diretor Regional de Controle Processual, Supram Triângulo Mineiro.” Paulo Rogério da Silva (Supram Triângulo Mineiro): “Senhor presidente, colendo Conselho. Colendo Conselho, estamos aqui a analisar o mérito do recurso. É de se dizer, ainda que a parte alegue em preliminar, que o TAC superou essas questões relativamente às três condicionantes descumpridas, apresentadas não a contento, conforme preconiza a legislação? Não é de se dizer que TAC repristina processo de licenciamento, não é de se dizer que TAC tem o condão, ele tem por pressuposto fundamental essa lógica jurídica de trazer de volta um ato administrativo que outrora foi revogado. Visto aqui, demais conselheiros, que não é, digamos, das questões que estamos analisando. Estamos aqui apreciando o mérito do recurso, não estamos aqui a apreciar questões lógicas e jurídicas inerentes ao TAC. E, para finalizar, esse instrumento jurídico, termo de ajustamento, não tem essa natureza jurídica, por si só ele não se vale para essas questões. É o que tenho, senhor presidente.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Obrigado, doutor Paulo Rogério. Conselheiro Daniel Loureiro pediu a palavra. O senhor tem a palavra, conselheiro Daniel Loureiro.” Conselheiro Daniel Fernandes Loureiro (Crea/MG): “Com licença. Pessoal, boa tarde. Na verdade, eu estou tentando abaixar a mão aqui...” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Conselheiro, o senhor está sem áudio, nós não o escutamos.” Conselheiro Daniel Fernandes Loureiro (Crea/MG): “Está escutando agora? Está escutando?” Conselheiro Charles Rodrigues Campos (Sede): “Eu estou escutando.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Agora, sim.” Conselheiro Daniel Fernandes Loureiro (Crea/MG): “Na verdade, foi uma falha no sistema aqui, eu não levantei a mão. Me perdoa, viu. Eu estava com o sistema baixado aqui. Mas só para informar.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Ok, obrigado, conselheiro. Mais algum conselheiro gostaria? Conselheiro João Henrique, o senhor tem a palavra.” Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes (Faemg): “Só para finalizar, presidente, só para esclarecer o pronunciamento último do colega, o TAC não repristinou o processo de licenciamento. De fato, ele não tem esse caráter de repristinar o processo, ele foi feito no bojo do processo de licenciamento. Entendeu? Que por si só dá aplicabilidade e dá, no caso, condão aos estudos que não foram apresentados a serem motivados a apresentar de novo e saná-los. Está certo? E outra questão, como eu falei no começo, eu não estou aqui para discutir a legalidade do procedimento ou a técnica ou se a equipe técnica agiu de forma no estrito devido processo legal ou não. Eu quero trazer uma mensagem para os conselheiros e uma

reflexão para que se é razoável ou não, dentro de tudo isso que foi proposto, cancelar esse processo de licenciamento.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Obrigado, conselheiro. Indago se mais algum conselheiro tem alguma manifestação. A equipe da Supram vai se manifestar novamente. Doutora Kamila tem a palavra.” Kamila Borges Alves (Supram Triângulo Mineiro): “Obrigada, Ilídio. Senhores conselheiros, em especial ao conselheiro João Henrique. João Henrique, você disse que as questões técnicas foram superadas em razão de protocolos dentro do Termo de Ajustamento de Conduta. Essa é uma informação que o órgão ambiental não fez ainda, nós não avaliamos se essa documentação que foi apresentada está certa e de forma adequada para análise desse processo. Até porque o TAC se valeu apenas para esse período durante a avaliação desse recurso. Então essa informação de que está tudo certo agora, de que é possível avaliar, não é bem assim, não é assim. Isso é muito importante, que vocês conselheiros tenham consciência disso, porque retornar esse processo para análise pode gerar problema, porque, tecnicamente, pode ser que não tenha toda a documentação necessária para nossa análise. E aí o que a gente está fazendo? A gente está delongando a vida desse empreendedor, insistindo com um procedimento, enquanto já poderia estabelecer prazo para ele formalizar um novo processo com as orientações necessárias. Então eu vejo com muita preocupação, conselheiro João Henrique, você dizer que ele já apresentou tudo e que agora está tudo certo e que a gente tem condição para analisar. Isso quem deve falar somos nós aqui do órgão ambiental. Era só isso, senhor conselheiro. Obrigada.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Agradecemos à doutora Kamila. Conselheiro Bertholdino, o senhor tem a palavra.” Conselheiro Bertholdino Apolonio Teixeira Júnior (Siamig): “Boa tarde a todos. É sempre um prazer estar aqui com vocês neste mecanismo democrático de licenciamento. Sempre a honra e o prazer em rever grandes amigos aqui que estão aí nesta sala. A minha dúvida: eu queria tirar uma dúvida, que a Supram me esclarecesse. Porque realmente então aqui nós temos dois caminhos para esse processo. Em tese, seria o desarquivamento. E eu, desculpa a ignorância, mas existe algum mecanismo legal que prevê esse desarquivamento? E os conselheiros podem votar nesse sentido? Eu realmente não tenho essa informação. Desculpa. E a dúvida é a seguinte. Então, teoricamente, teríamos dois caminhos: desarquivamento ou um novo processo a ser protocolado na Supram. Então, teoricamente, nós teríamos dois caminhos. Se existe esse mecanismo, realmente, desarquivamento. Vamos supor que aqui o Conselho vote e que a maioria decida o não arquivamento. Na verdade, não é nem o desarquivamento. Desculpa aí. Poderia o empreendedor nesse não arquivamento entrar com novas informações complementares e novas informações técnicas que iriam subsidiar a Supram para que desse encaminhamento a esse processo? Porque assim, na prática, eu estou entendendo a lógica do empreendedor. Talvez, infelizmente, pela questão de tempo, realmente, mesmo se esse processo não for arquivado, ele vai ter que ser colocado com novas informações atualizadas, porque a Supram não tem condições técnicas de analisar esse processo de cinco anos atrás. Mas ao mesmo tempo, partindo do pressuposto e de um não prejuízo do empreendedor nesse caso, porque nós estamos falando não só dos estudos técnicos, mas novas taxas de licenciamento, novas taxas para análise desse processo e também de novos estudos, teria essa possibilidade – eu pergunto à Supram – com novas informações complementares? Ou realmente não existe mecanismo para isso? E colocando um pouquinho mais de dúvida nessa questão. Se existir a possibilidade de nova análise, seria cobrada? Partindo do pressuposto que o que foi cobrado foi a análise anterior, não a próxima análise. Realmente, são dúvidas porque realmente é um caso diferente, eu acho que vale a pena explorar um pouquinho mais. Obrigada.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Obrigado, conselheiro Bertholdino. Com a palavra doutora Kamila, pela Supram Triângulo Mineiro.” Kamila Borges Alves (Supram Triângulo Mineiro): “Ei, Bertholdino, eu acho que foram superválidos os seus questionamentos. Boa tarde. O desarquivamento, ele é plausível de ocorrer quando nós, durante o procedimento de análise, a gente deixou de... Ou seja, o protocolo foi feito em uma outra unidade, não chegou a tempo para a gente. Aqui dentro da própria Superintendência, ele foi por um caminho que não chegou na mão do técnico. Então, quando ocorre de o arquivamento ter ocorrido e que o empreendedor apresentou no prazo aquele documento, sim, a gente desarquiva, porque foi um erro, foi uma falha nossa durante a análise do processo. Por que a gente entende que esse processo não deve ser desarquivado? Porque nós seguimos o rito definido pela legislação. Voltar esse processo é a mesma coisa de dizer que jamais nós vamos poder arquivar nenhum processo, porque a todo momento a gente tem que ofertar ao requerente a possibilidade de apresentar novos estudos. E vejam vocês que nós somos muito criticados por demorar com a análise do processo. E a gente não quer isso. Então a gente está fazendo um esforço aqui enorme para que a gente tenha os processos, que sejam analisados dentro do prazo legal, para que não haja demora, não haja desconforto, não haja autuação, mas é preciso ter um rito, é

513 preciso seguir uma norma. Então voltar esse processo é prestigiar uma falta de atenção do empreendedor. A
 514 gente não queria que isso tivesse acontecido, mas aconteceu, deixou de apresentar documentos importantes
 515 para nossa análise. O que nós fizemos? Nós fizemos simplesmente o que a legislação estabelece. Se ela
 516 estabelece prazo é porque tem que seguir aquele prazo. E aí, quer dizer, a gente ofertou esse prazo, eles
 517 pediram prorrogação, concedemos, e, quando apresentou, apresentou de forma insuficiente, parcial, não dá
 518 para a gente analisar. Esse processo está aqui desde 2017, então vamos arquivar e falar para ele: 'Olha,
 519 formalize novos estudos, novo processo, porque o que está aqui não dá para avaliar o mérito dele.' Então esse é
 520 o primeiro ponto. Aí, Bertholdino, quando a gente fala de manter o arquivamento desse processo, ou seja, o
 521 recurso do empreendedor ser desprovido, o que resta ao empreendedor? Buscar um novo licenciamento
 522 ambiental e aí arcando com todos os custos, novamente, de licenciamento. Os estudos, grande parte ele vai
 523 poder aproveitar os projetos que foram apresentados. No entanto, por ser um Estudo de Impacto Ambiental,
 524 ele vai ter que atualizar alguns levantamentos, em especial, de fauna. Até porque, como o Rodrigo disse, a gente
 525 está com prazo, um lapso temporal muito grande. Da mesma forma, se por acaso vocês, na prerrogativa de
 526 vocês, votarem a favor do recurso, e, conseqüentemente, ocorrer o desarquivamento por decisão deste
 527 Conselho, e esse processo voltar para a nossa equipe para analisar, ato contínuo, nós vamos pedir atualização
 528 de todos os estudos, todos os estudos. E nós vamos deixar claro que esse retorno foi devido à decisão de vocês,
 529 que para a gente deveria ter sido um novo processo formalizado, atendendo o que preconiza a legislação. Eu me
 530 preocupo, Bertholdino, com o que pode surgir, a partir de hoje, desse julgamento. A gente está aqui, a gente é
 531 muito diligente, muito preocupado. E a partir do momento que vocês entendem que ele poderia ter mais prazo,
 532 que ainda assim, mesmo ele não tendo cumprido o prazo, ainda assim o processo tem que continuar na análise,
 533 isso cria um precedente muito perigoso e pode atrapalhar nossa vida aqui durante a análise, sobremaneira. Tá?
 534 Então não vejo o caso pontual, o resultado que tiver aqui vai perpetuar muito tempo aqui com a gente.”
 535 Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Obrigado, doutora Kamila. Indago se mais algum conselheiro gostaria de
 536 fazer alguma ponderação acerca do tema ou se podemos, então, passar para votação do mesmo. Nenhum
 537 conselheiro mais. Apenas para fazer uma retificação, prezados conselheiros, colegas na sede, eu fiz uma
 538 indagação no início, uma assertiva, no início, de que havia o impedimento da Polícia Militar de Minas Gerais
 539 nesse processo. Eu retiro esse impedimento, tendo em conta que ele é de outro item e não do item 6.1. Ok?
 540 Muito obrigado a todos. Então passaremos à votação do item 6.1. Em votação, item 6.1. Seapa, como vota?”
 541 Conselheiro Edson da Silva Santos (Seapa): “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Sede, como
 542 vota?” Conselheiro Charles Rodrigues Campos (Sede): “Charles, Sede, favorável ao parecer da Supram.”
 543 Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Meire, SEE, como vota?” Conselheira Meire Aparecida Godoy Gomide
 544 (SEE): “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Carla, Seinfra, como vota?” Conselheira Carla Vieira
 545 Alvarenga (Seinfra): “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Renato, Epamig, como vota?”
 546 Conselheiro Renato Jácomo Manzan (Epamig): “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Favorável.
 547 IMA, Rugislaine...” Conselheiro Renato Jácomo Manzan (Epamig): “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim
 548 Filho: “Favorável. Rugislaine, IMA, por favor. Como vota?” Conselheira Rugislaine Dias Alves Zoppa (IMA):
 549 “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Polícia Militar de Minas Gerais, 1º tenente Cristiano, como
 550 vota?” Conselheiro Cristiano Corrêa Lemos (PMMG): “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Daniel,
 551 do Crea, como vota?” Conselheiro Daniel Fernandes Loureiro (Crea/MG): “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes
 552 Mundim Filho: “Doutor Carlos Valera, MPMG, como vota? Doutor Carlos está impedido. Desculpe. Maria Clara,
 553 Prefeitura de Uberlândia, como vota?” Conselheira Maria Clara Machado Alessi Ferreira (Prefeitura de
 554 Uberlândia): “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Maria Eduarda, Fiemg, como vota? Maria
 555 Eduarda... Bom, retornaremos a ela em seguida. Senhor João Henrique, Faemg, como vota?” Conselheiro João
 556 Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes (Faemg): “Contrário.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Eu gostaria
 557 que o senhor justificasse o seu voto contrário, conselheiro João Henrique.” Conselheiro João Henrique Vieira da
 558 Silva de Paula Lopes (Faemg): “O meu voto contrário é por conta até do meu parecer.” Presidente Ilídio Lopes
 559 Mundim Filho: “Ok, muito obrigado. Bertholdino, Siamig, como vota?” Conselheiro Bertholdino Apolonio
 560 Teixeira Júnior (Siamig): “Favorável.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Anderson, Abragel, como vota?
 561 Passemos para o próximo. Gisely, da Amedi, como vota?” Conselheiro Anderson Aprígio Cunha Souza (Abragel):
 562 “Anderson... Anderson...” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Anderson, Abragel, como vota?” Conselheiro
 563 Anderson Aprígio Cunha Souza (Abragel): “Anderson, Abragel, contrário, nos termos do parecer do conselheiro
 564 João Henrique.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Ok, obrigado, conselheiro. Gisely, da Amedi, como

vota?" Conselheira Gisely Regina de Oliveira (Amedi): "Gisely, favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Associação Santa Vitória está ausente. Instituto Agronelli, Marizélia, como vota?" Conselheira Marizélia Gomes Costa (Instituto Agronelli): "Favorável ao parecer da Supram." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Uemg está ausente. Mauro, IFTM, como vota?" Conselheiro Mauro das Graças Mendonça (IFTM): "Favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Doutor Felipe, OAB/MG, como vota?" Conselheiro Felipe Pimenta de Almeida (OAB/MG): "Favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Registrar que a Sra. Maria Clara, da Prefeitura de Uberlândia, votou favorável no chat. Já está aqui favorável. Então, parecer da Supram, pelo arquivamento, mantido, aprovado por 14 votos favoráveis, dois contra e uma abstenção e duas ausências." Conselheira Maria Eduarda Rodrigues da Cunha e Gonçalves (Fiemg): "Oi, é a Maria Eduarda aqui da Fiemg." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Maria Eduarda, da Fiemg." Conselheira Maria Eduarda Rodrigues da Cunha e Gonçalves (Fiemg): "Desculpa, eu estava... Uma reforma aqui do lado, não consegui me manifestar. Maria Eduarda, contrário, nos termos do parecer da Faemg também." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Ok. Então retificando: processo, parecer da Supram aprovado por 14 votos a favor, três contrários, uma abstenção e duas ausências." **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO DE AUTO DE INFRAÇÃO. 7.1) João Gomes Durães Filho. Fazenda São Lourenço. Suprimir vegetação nativa em área comum sem autorização ambiental; suprimir vegetação nativa em área de preservação permanente; realizar queima controlada sem autorização ambiental. Ituiutaba/MG. PA/CAP/nº 627923/18, AI/nº 60631/2018. Apresentação: Supram TM.** Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Passamos, então, para o nosso próximo item de pauta, o item 7. Este, sim, o item 7, a Polícia Militar de Minas Gerais está impedida de votar, tendo em conta que foi a autoridade que lavrou o auto de infração. Item 7, processo administrativo para exame de recurso de auto de infração. 7.1. João Gomes Durães Filho. Fazenda São Lourenço. Suprimir vegetação nativa em área comum sem autorização ambiental; suprimir vegetação nativa em área de preservação permanente; realizar queima controlada sem autorização ambiental. Ituiutaba/MG. PA/CAP/Nº 627923/18, AI/Nº 60631/2018. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro. Conselheiro João Henrique já pediu a palavra. O senhor tem a palavra, conselheiro." Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes (Faemg): "Gostaria de pedir vista do processo." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Ok, conselheiro. Mais algum conselheiro gostaria de ter vista compartilhada do presente processo? Não? Então, conselheiro da Faemg, João Henrique, tem vistas do processo. Mais algum?" Pessoa não identificada no áudio/vídeo: "Senhor presidente, pedido de vista deve ser justificado." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Por gentileza, conselheiro João Henrique, da Faemg, o senhor poderia, por gentileza, justificar seu pedido de vista?" Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes (Faemg): "Numa análise que eu fiz, eu gostaria de fazer uma análise mais detida nesse processo, porque eu vi um provável equívoco no cálculo dos juros incidentes na multa, bem como o enquadramento." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Ok. Justificativa anotada. Então, vistas do processo do item 7.1 ao conselheiro João Henrique, da Faemg, sendo que a nossa Secretaria vai promover o procedimento para que o senhor tenha os autos digitais na sua mão, em seu poder, para que possa então ser feito o parecer de vista." Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes (Faemg): "Muito obrigado." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Mais algum conselheiro tem alguma ponderação para ser feita acerca do presente item? Sem manifestações." **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO AO INDEFERIMENTO DE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL. 8.1) Alamir Ferreira da Cunha Júnior. Fazenda Lanhosos e Barreiro. Mats. 22.874, 31.676, 31.677, 32.141, 39.390, 54.146 e 76.855. Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes; criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento; suinocultura; horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; barragem de irrigação ou de perenização para agricultura. Patos de Minas/MG. Licença Ambiental Simplificada/Relatório Ambiental Simplificado (LAS/RAS). PA/SLA/nº 2224/2021. Classe 2. Apresentação: Supram TM.** Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Passemos, então, ao exame do próximo e último ponto de nossa pauta do dia de hoje, que é o item 8, que é processo administrativo para exame de recurso ao indeferimento de processo de regularização ambiental. 8.1. Alamir Ferreira da Cunha Júnior. Fazenda Lanhosos e Barreiro. Matrículas 22.874, 31.676, 31.677, 32.141, 39.390, 54.146 e 76.855. Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes; criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de

confinamento; suinocultura; horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; barragem de irrigação ou de perenização para agricultura. Patos de Minas/MG. Licença Ambiental Simplificada/Relatório Ambiental Simplificado (LAS/RAS). PA/SLA/Nº 2224/2021. Classe 2.

Apresentação: Supram Triângulo Mineiro. Indago se há algum conselheiro que gostaria de fazer alguma ponderação ou uso da palavra acerca do presente processo. Nenhuma manifestação dos senhores conselheiros, então passaremos à votação do item 8.1. Em votação o item 8.1 da nossa pauta. Senhor Edson, Seapa, como vota?" Conselheiro Edson da Silva Santos (Seapa): "Favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Senhor Charles, da Sede, como vota?" Conselheiro Charles Rodrigues Campos (Sede): "Charles, Sede, acompanho o parecer. Favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Sra. Meire, da SEE, como vota?" Conselheira Meire Aparecida Godoy Gomide (SEE): "Oi, desculpa. Eu perdi aqui o meu microfone. Voto favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Sra. Carla, da Seinfra, como vota?" Conselheira Carla Vieira Alvarenga (Seinfra): "Favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Sr. Renato, da Epamig, como vota?" Conselheiro Renato Jácomo Manzan (Epamig): "Favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Rugislaine, do IMA, como vota?" Conselheira Rugislaine Dias Alves Zoppa (IMA): "Favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "1º tenente Cristiano, da Polícia Militar de Minas Gerais, como vota?" Conselheiro Cristiano Corrêa Lemos (PMMG): "Favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Sr. Daniel, do Crea, como vota?" Conselheiro Daniel Fernandes Loureiro (Crea/MG): "Favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Dr. Carlos Valera, Ministério Público de Minas Gerais, como vota?" Conselheiro Carlos Alberto Valera (MPMG): "Nos termos do artigo 11 do Ato 02 da Corregedoria do MP, abstenção." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Obrigado, doutor Carlos. Prefeitura de Uberlândia, Maria Clara, como vota?" Conselheira Maria Clara Machado Alessi Ferreira (Prefeitura de Uberlândia): "Favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Maria Eduarda, Fiemg, como vota?" Conselheira Maria Eduarda Rodrigues da Cunha e Gonçalves (Fiemg): "Favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Sr. João Henrique, da Faemg, como vota?" Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes (Faemg): "Favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Bertholdino, da Siamig, como vota?" Conselheiro Bertholdino Apolonio Teixeira Júnior (Siamig): "Favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Gisely, da Amedi, como vota? Desculpe, desculpe. Anderson, da Abragel, como vota?" Conselheiro Anderson Aprígio Cunha Souza (Abragel): "Anderson, Abragel, favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Sra. Gisely, da Amedi, como vota? Sra. Gisely..." Conselheira Gisely Regina de Oliveira (Amedi): "Gisely, favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Obrigado. Associação Santa Vitória está ausente. Instituto Agronelli, Marizélia, como vota?" Conselheira Marizélia Gomes Costa (Instituto Agronelli): "Favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Uemg está ausente. Sr. Mauro, do IFTM, como vota?" Conselheiro Mauro das Graças Mendonça (IFTM): "Favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Doutor Felipe, OAB/MG, como vota?" Conselheiro Felipe Pimenta de Almeida (OAB/MG): "Favorável." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Votação concluída, parecer da Supram aprovado por 17 votos, com uma abstenção e duas ausências." **9) ENCERRAMENTO.** Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Bom, agora, retornando um pouquinho à nossa pauta, eu vou pedir só mais um pouquinho de paciência dos nossos prezados conselheiros para que nós possamos ver, são cinco pequenos vídeos, pequenos e curtos vídeos, que devem durar, mais ou menos, uns 7 minutos, cuja nossa assessoria em Belo Horizonte irá nos disponibilizar para que possamos vê-los. Obrigado." Servidor não identificado no áudio: "Só um minuto, senhor presidente, eu vou exibir os vídeos." Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: "Eu agradeço, colega (...)" Exibição de vídeos institucionais. - IGAM 25 anos; - Operação Especial Preventiva Integrada de Fiscalização de Barragens; - Programa Água Doce. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD): "Neste mês de maio, começaram as obras para implantação do sistema de dessalinização de águas. Por meio do Programa Água Doce, 140 famílias das comunidades de Ingazeira e Vila do Cristino, localizadas no município de Mato Verde, serão beneficiadas. A ação faz parte do Programa Água Doce, em parceria com o governo federal, que conta com sistema de dessalinização como uma das melhores tecnologias para remoção de sal na água, fornecendo, assim, água potável e de qualidade para as comunidades atendidas por esse projeto." Rodrigo Franco, subsecretário de Gestão Ambiental e Saneamento (SEMAD): "É um programa que estava paralisado desde 2012. E neste governo, com a proposta do governador Romeu Zema, sob as diretrizes da secretária de Estado, Marília Melo, conseguimos retomar esse programa com a aplicação de R\$ 9 milhões do governo do Estado com mais R\$ 15 milhões do Ministério de Desenvolvimento Regional." Coronel Osvaldo Marques, coordenador estadual de

669 Defesa Civil de Minas Gerais: “Serão 69 equipamentos dessalinizadores que vão chegar ao Semiárido Mineiro.

670 Com isso, atenderemos mais de 28 mil pessoas em 26 municípios. São 14.400 litros de água por dia para que

671 possamos bem atender o povo mineiro.” Locução de áudio: “O governo de Minas tem avançado

672 significativamente na gestão da fauna doméstica em Minas Gerais. Dentre o escopo de projetos prioritários da

673 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, estão o Programa Estadual de

674 Microchipagem de Animais Domésticos Conheça Seu Amigo, o Sistema de Identificação de Animais Domésticos

675 e o Programa de Esterilização de Animais. Acompanhe depoimentos de parceiros que participam e contribuem

676 para o sucesso dessas iniciativas, conduzidas pela Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento.” Renato

677 Soares, prefeito de Campo Florido: “A microchipagem é importantíssima para o município. Através dela, a gente

678 vai poder fazer um planejamento de uma política pública mais focada no bem-estar animal e no bem-estar da

679 sociedade, tendo em vista que a gente, inclusive, no nosso município, tem um evento adverso, que é a vinda de

680 imigrantes de outras regiões que vêm fazer o seu trabalho, principalmente na área agrícola, em lavoura de cana,

681 em lavouras de outro tipo de cultura. E com isso, normalmente, quando eles vão embora, eles abandonam os

682 seus animais. Através desse controle, desse RG, a gente vai poder, de fato, punir essas pessoas que abandonam.

683 É através do controle que a gente vai poder potencializar essa política pública que é a microchipagem.”

684 Programa de Esterilização de Animais. Janaína Coutinho, advogada e voluntária na ONG Supra: “A importância

685 desse projeto que a Supra conseguiu através do Estado de Minas Gerais é para contenção do crescimento

686 populacional de animais em situação de rua, de animais abandonados. E com isso também a gente consegue

687 conter o número de maus-tratos. A castração hoje cirúrgica é um método altamente recomendado pelos

688 veterinários, não só pela contenção da população, como também para prevenção de algumas doenças,

689 principalmente tumores. É um projeto extremamente importante para a causa animal, para defesa e proteção

690 dos animais e está sendo muito bem visto pela população e muito bem aceito pela população.” Rafaela Borges,

691 protetora animal e participante do programa: “A gente que apoia a causa animal tenta fazer o possível. Igual eu

692 trouxe quatro animais, trouxe três para castração. Eu consigo me identificar com o projeto. Eu estou muito feliz,

693 muito satisfeita. Eu acho que todo mundo agora vai começar a descobrir e trazer os animais, porque muitas

694 pessoas têm receio. Vai ser uma causa que vai ajudar muito os animais, tanto de rua, tanto os animais que já

695 têm lares, tanto para doação deles. Que esse projeto continue sempre prosperando aqui em Uberaba e em

696 vários lugares que ele puder chegar também.” Locução de áudio: “Conheça mais sobre cada programa e suas

697 entregas. Assista à série de vídeos produzidos para dar visibilidade à proteção animal em Minas Gerais. Conheça

698 Seu Amigo é o programa estadual para microchipar cães e gatos em situação de rua ou que estejam sob a

699 guarda da população carente e de entidades de proteção animal, possibilitando a localização e identificação

700 desses animais. O Conheça Seu Amigo é uma iniciativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e

701 Desenvolvimento Sustentável e parceiros, que atuam juntos na gestão da fauna doméstica em Minas Gerais. A

702 implementação dos microchips tem a importante função de desestimular o abandono e facilitar a recuperação

703 de animais em caso de desaparecimento. Por meio do programa, políticas públicas para animais domésticos,

704 como monitoramento do tamanho da população, o dimensionamento de animais em vias públicas e também

705 para o aperfeiçoamento das campanhas de vacinação e castração, também podem ser alavancadas. Acesse

706 nossos canais oficiais e saiba mais sobre o Conheça Seu Amigo.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Um

707 minuto, por favor, senhores conselheiros.” Vânia Mara de Souza Sarmiento (Núcleo dos Órgãos

708 Colegiados/SEMAD): “Senhor presidente, Vânia, do Núcleo dos Órgãos Colegiados. Os núcleos (sic) foram

709 compartilhados. Muito obrigada pela atenção de todos.” Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho: “Prezados

710 conselheiros, tendo em conta então que já se encerrou a apresentação, quero, na pessoa do Dr. Carlos, na

711 pessoa do Bertholdino, agradecer o comparecimento e a atenção de todos os conselheiros em mais uma

712 reunião de nosso Colegiado. Uma boa tarde, bom final de semana a todos e até a próxima. Peço desculpas por

713 algumas falhas, tendo em conta que é a primeira vez que faço, que presido uma reunião. E agradeço a todos e

714 peço a compreensão e desculpas. Muito obrigado, uma boa tarde a todos.” Conselheiro Felipe Pimenta de

715 Almeida (OAB/MG): “Boa tarde. Obrigado a você.” Conselheiro Carlos Alberto Valera (MPMG): “Boa tarde,

716 pessoal. Bom final de semana. Até mais” Conselheira Marizélia Gomes Costa (Instituto Agronelli): “Boa tarde,

717 pessoal, até a próxima.” Conselheiro não identificado no áudio/vídeo: “Boa tarde, até mais para todos.”

718 Conselheiro Bertholdino Apolonio Teixeira Júnior (Siamig): “Boa tarde, pessoal.”

719

720

Ilídio Lopes Mundim Filho
Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro

APROVAÇÃO DA ATA

___/___/___